





**Relatório Executivo do Projeto  
Observatório das Dimensões da Competência em Informação nos  
Portais da Transparência dos Municípios da Região Imediata de  
Montes Claros (MG)**

**Análise do Portal da Transparência do Município de Ibiracatu**

Montes Claros (MG)  
2025

## **Apresentação**

O presente relatório consolida os resultados do projeto de implantação do Observatório da Competência em Informação, que realizou um diagnóstico abrangente dos portais da transparência dos municípios da região imediata de Montes Claros. O objetivo central foi mapear as informações disponibilizadas, identificar lacunas e propor melhorias concretas para o aprimoramento da transparência ativa na gestão municipal.

O estudo, que abrangeu 32 municípios, revelou um cenário com pontos consolidados e outros que demandam atenção prioritária. Identificou-se uma padronização positiva na divulgação de informações fundamentais da execução orçamentária e financeira, como receitas, despesas, licitações e contratos, demonstrando conformidade com as exigências legais basilares e fortalecendo a prestação de contas à sociedade. Contudo, constataram-se deficiências críticas em áreas estratégicas para o planejamento e o controle dos resultados da administração. A divulgação de informações sobre andamento de obras, prestação de contas detalhadas e instrumentos de planejamento, como o Plano Plurianual, mostrou-se insuficiente ou de difícil acesso. A indisponibilidade integral de alguns contratos e seus termos aditivos representa uma fragilidade significativa na gestão documental e na transparência dos gastos públicos.

A metodologia de análise foi estruturada em grupos temáticos: Receitas, Despesas, Convênios e Transferências, Recursos Humanos, Diárias, Licitações, Contratos, Obras, Prestação de Contas, Planejamento e Acessibilidade. Para cada grupo, foram definidos critérios específicos de avaliação, permitindo uma verificação objetiva da disponibilidade e da completude das informações no portal de transparência. O grupo Receitas analisou a divulgação da previsão e realização das receitas, a classificação orçamentária detalhada e a lista de inscritos em dívida ativa. O grupo Despesas verificou se os gastos estavam discriminados por categoria orçamentária, identificando beneficiários, bens ou serviços adquiridos e os procedimentos licitatórios correspondentes. O grupo Recursos Humanos avaliou a divulgação de servidores, remunerações, estagiários, terceirizados e concursos públicos.

Grupos como Licitações, Contratos e Obras tiveram como foco a disponibilização de documentos integrais, detalhamento de valores, prazos, aditivos e status das atividades. Nos grupos de Prestação de Contas e Planejamento, verificou-se a presença e a atualidade dos respectivos documentos oficiais, incluindo balanços, relatórios de gestão e leis orçamentárias. O grupo Acessibilidade analisou a presença de elementos de navegação acessíveis, como símbolos de acessibilidade, opções de alto contraste, redimensionamento de texto e mapa do site. Essa estrutura permitiu uma análise quantitativa e qualitativa, fornecendo uma visão clara sobre os pontos fortes e as lacunas na disponibilização de informações no portal.

Em conclusão, os resultados evidenciam que a simples disponibilização de dados não esgota o dever de transparência. É imperioso garantir que as informações sejam acessíveis, inteligíveis e estejam integradas em um contexto que permita seu efetivo uso para o controle social e para a melhoria da gestão. Neste sentido, o Observatório [www.observamg.com.br](http://www.observamg.com.br) se configura como uma ferramenta estratégica de apoio à administração pública, permitindo não apenas o monitoramento do nível de transparência, mas também a identificação de boas práticas e de áreas que requerem intervenção. A iniciativa reforça a necessidade de uma abordagem integrada, alinhando os conhecimentos da Gestão Pública, da Ciência da Informação e da Tecnologia da Informação, para desenvolver portais que cumpram plenamente seu papel como instrumentos de democracia, eficiência e boa governança.

Coordenação do Projeto ObservaMG.

# Análise do Portal da Transparência do Município de Ibiracatu

## 1. Sumário

A análise do portal de transparência do Município de Ibiracatu considerou 45 critérios distribuídos em 11 grupos: Receita, Despesa, Convênios e Transferências, Recursos Humanos, Diárias, Licitações, Contratos, Obras, Prestação de Contas, Planejamento e Acessibilidade.

Dos 45 critérios avaliados, 7 foram atendidos e 38 não atendidos, o que corresponde a 16% de conformidade e 84% de não conformidade.

O portal apresenta informações básicas sobre Receita, Despesa e Convênios, mas há lacunas significativas nos demais grupos, prejudicando a transparência e a fiscalização da gestão pública.

## 2. Análise Detalhada por Grupo

**Receita:** o município divulga parcialmente suas receitas, evidenciando apenas valores gerais arrecadados. Não há detalhamento por classificação de receita nem lista de inscritos em dívida ativa, limitando o acompanhamento completo das finanças.

**Despesa:** as despesas são divulgadas com detalhamento de execução, beneficiário, bem/serviço e procedimentos licitatórios, atendendo plenamente aos critérios avaliados neste grupo.

**Convênios e Transferências:** as transferências recebidas estão documentadas, incluindo valores, objetos e datas. Porém, não há informações sobre transferências realizadas ou acordos sem movimentação financeira.

**Recursos Humanos:** o portal disponibiliza parcialmente a relação nominal de servidores. Não há dados sobre remuneração, estagiários, terceirizados ou editais de concursos, evidenciando fragilidades significativas.

Diárias: não há informações sobre beneficiários ou valores de diárias, dificultando o acompanhamento das viagens oficiais e gastos com deslocamentos.

Licitações: apenas a relação sequencial das licitações é divulgada. Editais completos, documentos das fases interna/externa, atas de adesão, plano anual e relação de sancionados não estão disponíveis.

Contratos: não há divulgação de contratos, aditivos, fiscais ou ordem de pagamentos, limitando a fiscalização da execução contratual.

Obras: O portal não apresenta informações sobre obras, quantitativos, status ou obras paralisadas, prejudicando a fiscalização da execução física de projetos.

Prestação de Contas: não há publicação de balanço, relatórios de gestão, RGF/RREO ou resultados do julgamento das contas pelo Tribunal de Contas ou Legislativo.

Planejamento: não há divulgação de objetivos estratégicos, indicadores ou leis orçamentárias (PPA, LDO, LOA), comprometendo a visibilidade do planejamento municipal.

Acessibilidade: o portal não oferece recursos de acessibilidade, como símbolo, caminho percorrido, alto contraste, redimensionamento de texto ou mapa do site.

### **3. Considerações e Recomendações**

O portal de transparência do Município de Ibiracatu apresenta ausência de informações, especialmente nos grupos de Planejamento, Prestação de Contas, Contratos, Licitações e Acessibilidade. A ausência de informações detalhadas prejudica a fiscalização e o controle social da gestão pública, limitando a efetividade da transparência.

Recomendações principais:

1. Atualização e ampliação das informações de Receita e Despesa: detalhar todas as receitas por classificação econômica e disponibilizar a lista de

inscritos em dívida ativa; divulgar todas as despesas com beneficiários, bens/serviços e procedimentos licitatórios.

2. Fortalecimento da transparência em Convênios, Licitações e Contratos: incluir dados completos sobre transferências realizadas, editais, documentos das fases de licitação, contratos, aditivos e fiscalização contratual.
3. Publicação de informações estratégicas e contábeis: disponibilizar Relatórios de Gestão, RGF, RREO e resultados de julgamento de contas pelo Tribunal de Contas e Legislativo, bem como objetivos estratégicos e leis orçamentárias (PPA, LDO e LOA).
4. Aprimoramento da transparência em Recursos Humanos e Diárias: divulgar remuneração de servidores, lista de estagiários e terceirizados, bem como informações detalhadas sobre diárias e afastamentos.
5. Implementação de recursos de acessibilidade: incluir símbolos, caminho percorrido, alto contraste, redimensionamento de texto e mapa do site, garantindo acesso adequado a todos os cidadãos.

A adoção dessas medidas contribuirá para uma maior transparência, controle social e eficiência na gestão pública municipal, fortalecendo a confiança da população no governo local.

**Conheça o Observatório do projeto:**

[www.observamg.com.br](http://www.observamg.com.br)